

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo NUP 00146.001198/2026-31

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Este processo destina-se à contratação da sociedade MACIEL & PORTELA ADVOGADOS, inscrita no CNPJ nº 29.035.670/0001-25, para a prestação de serviços técnicos especializados de assessoramento e consultoria jurídica direta à Comissão Eleitoral do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas (CE-CAU/AL), no pleito de 2026, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor mensal estimado	Valor global estimado
1	Assessoramento jurídico especializado à CE-CAU/AL no pleito de 2026.	1	Serviço por escopo	R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)	R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais)

1.2. O serviço possui natureza predominantemente intelectual, temporária e por escopo, não se caracterizando como serviço contínuo permanente.

1.3. O prazo de vigência será da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, data prevista para a dissolução da CE-CAU/AL, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das alterações legalmente admitidas e da conclusão dos produtos abrangidos pelo escopo.

1.4. O objeto não se enquadra como bem ou serviço de luxo, conforme o Decreto nº 10.818/2021.

1.5. O custo estimado total é de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais), correspondente ao valor máximo estimado para quatro meses integrais, incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação fundamenta-se no art. 74, inciso III, alíneas “c” e “e”, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de assessoria, consultoria jurídica e patrocínio ou defesa de causas administrativas e judiciais, a serem prestados por sociedade de notória especialização, quando demonstrada a inviabilidade de competição no caso concreto.

2.2. Aplicam-se também o art. 3º-A da Lei nº 8.906/1994, a Portaria Normativa CAU/BR nº 115/2023 e o art. 39, § 6º, e o art. 39-A do Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR nº 179/2019, com as alterações da Resolução CAU/BR nº 268/2025.

2.3. A necessidade decorre do Ofício nº 007/2026-CAU/AL, no qual o CAU/AL comunicou ao CAU/BR a impossibilidade de assegurar assessoramento jurídico à CE-CAU/AL, em razão da tramitação de rescisão do contrato com a atual prestadora e da incompatibilidade dos prazos administrativos com o calendário eleitoral.

2.4. A fundamentação detalhada, a análise das alternativas e a demonstração da viabilidade constam do Estudo Técnico Preliminar.

2.5. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 656.558, correspondente ao Tema 309 da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da contratação direta de serviços advocatícios pela Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, desde que observados os seguintes requisitos: a) instauração de procedimento administrativo formal; b) comprovação da notória especialização profissional; c) natureza singular do serviço; d) inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público; e e) cobrança de preço compatível com a responsabilidade profissional exigida pelo caso, observado também o valor médio cobrado pelo escritório em situações similares anteriores.

2.6. No mesmo julgamento, o STF assentou ser indispensável a presença de dolo para a configuração de ato de improbidade administrativa, reconhecendo a inconstitucionalidade da modalidade culposa prevista na redação originária dos arts. 5º e 10 da Lei nº 8.429/1992.

2.7. Em síntese, a contratação direta de serviços advocatícios depende de notória especialização do contratado, natureza singular do objeto, procedimento administrativo formal, inadequação da prestação pelos integrantes do Poder Público e preço compatível com o mercado.

2.8. No caso concreto, a contratação visa assegurar o apoio técnico-jurídico especializado necessário à condução do processo eleitoral de 2026, abrangendo orientações e consultas jurídicas, elaboração de pareceres e manifestações, análise e revisão de minutas de decisões, despachos, notificações e demais atos da CE-CAU/AL, bem como o acompanhamento das demandas decorrentes da aplicação do Regulamento Eleitoral do CAU.

2.9. A contratação mostra-se vantajosa à Administração por assegurar a continuidade e a tempestividade das atividades da CE-CAU/AL, mitigar riscos de perda de prazos, nulidades, decisões inconsistentes e judicialização, reduzir retrabalhos e promover maior segurança jurídica e conformidade com o Regulamento Eleitoral e a legislação aplicável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução consiste na disponibilização de assessoria jurídica especializada e integrada à CE-CAU/AL, com atuação consultiva, preventiva, orientativa, administrativa e judicial durante todas as fases do pleito de 2026.

3.2. O escopo compreende, no mínimo:

- a) orientação jurídica à CE-CAU/AL quanto ao Regulamento Eleitoral, ao calendário e às normas aplicáveis;
- b) análise e elaboração de minutas de atos, despachos, decisões, notificações, comunicados e demais documentos eleitorais;
- c) elaboração de pareceres e manifestações jurídicas para dirimir dúvidas da Comissão;
- d) apoio à instrução e ao julgamento de impugnações, denúncias, representações, recursos e demais incidentes;
- e) participação em reuniões e sessões virtuais da CE-CAU/AL;
- f) acompanhamento dos prazos e orientação preventiva sobre riscos jurídicos;
- g) representação e defesa do CAU/AL em ações judiciais e procedimentos administrativos diretamente decorrentes do pleito de 2026, mediante a outorga dos poderes necessários;
- h) elaboração de relatórios mensais e relatório final consolidado das atividades executadas.

3.3. As demandas serão formalizadas à CONTRATADA pela Comissão Eleitoral do CAU/AL – CE/AL, por meio dos endereços eletrônicos ce@caual.gov.br e pedro.dantas@caual.gov.br.

3.4. Para fins de comunicação e acompanhamento das demandas, fica indicado como contato da CE/AL o assessor Pedro Dantas, telefone (82) 99113-5079.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para assegurar a adequada execução do objeto e o atendimento tempestivo das demandas do processo eleitoral, a sociedade contratada deverá possuir qualificação jurídica e técnica compatível com a natureza predominantemente intelectual dos serviços e observar os requisitos profissionais, operacionais, de confidencialidade e de sustentabilidade estabelecidos a seguir.

4.2. A contratada deverá possuir objeto social compatível e registro regular como sociedade de advogados perante a Ordem dos Advogados do Brasil.

4.3. A contratada deverá manter regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e previdenciária durante toda a execução.

4.4. A qualificação técnica será comprovada por atestado(s), contratos, currículos, portfólio e outros documentos que demonstrem experiência da sociedade e do profissional responsável em serviços jurídicos a conselhos de fiscalização profissional e atuação em Direito Público e Eleitoral.

4.5. A contratada deverá assegurar disponibilidade compatível com os prazos do calendário eleitoral, inclusive para consultas urgentes e reuniões extraordinárias.

4.7. A contratada deverá preservar o sigilo profissional, a confidencialidade e a proteção de dados pessoais, observando a Lei nº 13.709/2018 e as regras aplicáveis à advocacia.

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto, conforme o art. 74, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.9. Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A dispensa justifica-se pelo valor e pela curta vigência da contratação, pela execução por escopo e pela natureza predominantemente intelectual dos serviços, que não demandam fornecimento de bens, antecipação de pagamento ou mobilização de estrutura relevante. Além disso, os pagamentos serão realizados mensalmente somente após o ateste dos serviços, permanecendo resguardadas a possibilidade de glosa e a aplicação das sanções cabíveis. Nesse contexto, a exigência de garantia mostra-se desnecessária e desproporcional aos riscos da contratação, além de poder elevar indevidamente o custo da proposta.

4.10. Serão observadas práticas de sustentabilidade, com priorização de reuniões remotas, tramitação eletrônica, redução de impressões e deslocamentos e uso racional de recursos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A execução terá início na data de assinatura do contrato e seguirá o calendário eleitoral de 2026 e as solicitações encaminhadas pela CE-CAU/AL, pela CEN-CAU/BR ou pela fiscalização.

5.2. As demandas serão atendidas conforme sua natureza, urgência e prazo eleitoral aplicável, observados os prazos máximos estabelecidos na seção 6 deste Termo de Referência.

5.3. As manifestações, pareceres e peças deverão ser apresentados em formato eletrônico editável e, quando solicitada versão final, em PDF assinado, com fundamentação clara e adequada ao Regulamento Eleitoral e às normas aplicáveis.

5.4. A contratada encaminhará relatório mensal até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, contendo demandas recebidas, atividades realizadas, produtos entregues, reuniões, prazos acompanhados e ocorrências relevantes. O relatório final será entregue até 31 de dezembro de 2026.

5.5. Caso não seja possível cumprir prazo assinalado, a contratada deverá comunicar imediatamente as razões e apresentar plano de conclusão, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

5.6. As despesas inerentes à execução remota integram o preço contratado, não sendo devido qualquer pagamento adicional por equipamentos, conectividade, comunicações ou demais meios necessários à prestação dos serviços.

6. DOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A CONTRATADA deverá prestar assessoramento jurídico à Comissão Eleitoral do CAU/AL – CE-CAU/AL de forma tempestiva e compatível com os prazos previstos no Regulamento Eleitoral, no Calendário Eleitoral, no Sistema Eleitoral Nacional – SiEN e nas deliberações, orientações e determinações da Comissão Eleitoral Nacional – CEN-CAU/BR.

6.2. Para fins de atendimento às demandas encaminhadas pela CE-CAU/AL, deverão ser observados os seguintes prazos máximos:

Natureza da demanda	Prazo máximo para atendimento
Consulta ou orientação jurídica ordinária, sem prazo eleitoral imediato	Até 3 (três) dias úteis
Elaboração de parecer, manifestação ou análise jurídica relacionada a procedimento eleitoral em curso	Até 2 (dois) dias
Análise ou revisão de minutas de decisões, despachos, notificações, comunicações e demais atos da CE-CAU/AL sujeitos a prazo eleitoral	Até 24 (vinte e quatro) horas
Demanda urgente, vinculada a prazo eleitoral igual ou inferior a 3 (três) dias	Até 24 (vinte e quatro) horas ou em prazo inferior, quando necessário ao cumprimento do prazo eleitoral
Demanda excepcional, cujo prazo eleitoral se encerre em período inferior a 24 (vinte e quatro) horas	No prazo definido pela CE-CAU/AL, considerando o tempo remanescente para a prática do ato
Participação em reuniões, sessões ou demais atividades da CE-CAU/AL	Conforme convocação ou agendamento da Comissão

6.3. Os prazos previstos no quadro acima poderão ser reduzidos quando a demanda estiver vinculada a prazo estabelecido no Regulamento Eleitoral, no Calendário Eleitoral, no SiEN ou em deliberação, orientação ou determinação da CEN-CAU/BR, devendo a CONTRATADA prestar o assessoramento em tempo hábil para permitir a análise da matéria e a prática do respectivo ato pela CE-CAU/AL dentro do prazo eleitoral aplicável.

6.4. Sempre que possível, a CE-CAU/AL indicará, no encaminhamento da demanda, o prazo eleitoral relacionado à matéria e o grau de urgência do atendimento, sem prejuízo da obrigação da CONTRATADA de observar os prazos e procedimentos previstos na regulamentação eleitoral aplicável.

6.5. Considerando a natureza e a dinâmica do processo eleitoral, bem como o disposto no art. 131 do Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução CAU/BR nº 179/2019 e suas alterações, a CONTRATADA deverá assegurar disponibilidade para atendimento excepcional fora do horário comercial, inclusive aos sábados, domingos e feriados, quando necessário ao cumprimento de prazo eleitoral ou à atuação da CE-CAU/AL em períodos críticos do Calendário Eleitoral.

6.6. O atendimento fora do horário comercial não será exigido de forma ordinária, ficando restrito às situações de urgência ou necessidade decorrentes dos prazos e acontecimentos próprios do processo eleitoral, especialmente quando a postergação do atendimento puder comprometer o cumprimento de prazo regulamentar ou a prática tempestiva de ato pela CE-CAU/AL.

6.7. Nas hipóteses em que a data-limite de prazo eleitoral coincidir com feriado ou houver necessidade de adoção de logística de plantão pelo CAU/AL, nos termos do art. 131 do Regulamento Eleitoral, a CONTRATADA deverá assegurar o suporte jurídico necessário à CE-CAU/AL durante o período correspondente.

6.8. Os prazos estabelecidos nesta seção constituem prazos máximos de atendimento, devendo a CONTRATADA priorizar as demandas conforme sua urgência e o prazo eleitoral aplicável, de modo a não comprometer o regular desenvolvimento do processo eleitoral.

7. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. As manifestações, pareceres, análises, revisões e demais produtos vinculados a prazo eleitoral serão considerados entregues com sua disponibilização eletrônica à CE-CAU/AL, podendo ser utilizados imediatamente para a prática dos atos correspondentes, sem prejuízo do recebimento administrativo previsto nesta seção.

7.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, de forma sumária, em até 2 (dois) dias úteis após a entrega do relatório mensal ou do produto. Quando a demanda estiver vinculada a prazo eleitoral igual ou inferior a 3 (três) dias, a verificação será realizada imediatamente ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, observado o tempo remanescente para a prática do ato eleitoral.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com este Termo de Referência ou com a solicitação formal. A CONTRATADA deverá promover a correção ou complementação em até 1 (um) dia útil ou em prazo inferior definido pela CE-

CAU/AL ou pela fiscalização, quando necessário ao cumprimento do prazo eleitoral, sem ônus adicional para o CAU/BR.

7.4. O recebimento definitivo ocorrerá em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório ou, quando houver necessidade de ajuste, após a entrega da correção ou complementação solicitada, mediante ateste do relatório mensal ou do produto pelo fiscal do contrato. O recebimento não exclui a responsabilidade civil, profissional, ética ou contratual da CONTRATADA pela adequada execução dos serviços.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato será executado fielmente pelas partes, conforme suas cláusulas e a Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A execução será acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelo(s) fiscal(is) formalmente designado(s), ou seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. O fiscal registrará as ocorrências, solicitará correções e informará à autoridade competente as situações que ultrapassem sua atribuição.

8.4. A contratada designará preposto para interlocução permanente e manterá e-mail e telefone atualizados.

8.5. As comunicações formais ocorrerão por meio do SEI, e-mail institucional ou outro canal definido pela fiscalização. Em situações urgentes, poderão ser utilizados telefone ou aplicativo de mensagens, com posterior registro formal quando necessário.

8.6. A manutenção das condições de habilitação e a inexistência de impedimentos serão verificadas antes da contratação e durante a execução, inclusive antes dos pagamentos.

8.7. O CAU/BR, a CEN-CAU/BR e a CE-CAU/AL deverão disponibilizar tempestivamente as informações, documentos, acessos e procurações necessários à execução.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O valor global máximo estimado de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais) corresponde a quatro parcelas mensais de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais), após a execução e o ateste dos serviços do período correspondente.

9.2. Considerando que a execução terá início no decorrer do mês de setembro de 2026, o valor referente ao primeiro mês será calculado proporcionalmente ao período compreendido entre a data de início da execução contratual e 30 de setembro de 2026, podendo o valor efetivamente devido ser inferior ao valor global máximo estimado.

9.3. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal acompanhada do relatório mensal aprovado e da documentação exigida.

9.4. A Nota Fiscal deverá indicar o período de execução, o número do contrato, o processo administrativo e os tributos sujeitos a retenção.

9.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o prazo será suspenso até o saneamento, sem ônus para o CAU/BR.

9.6. O pagamento dependerá da verificação da regularidade fiscal e trabalhista e da manutenção das condições de habilitação, observada a legislação aplicável.

9.7. Serão realizadas as retenções tributárias previstas em lei. Não haverá antecipação de pagamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A futura contratada será selecionada mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alíneas “c” e “e”, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, condicionada à demonstração da inviabilidade de competição e ao atendimento do art. 72 da mesma Lei.

10.2. A razão da escolha decorre da experiência da sociedade na prestação de serviços jurídicos a conselhos de fiscalização profissional e da qualificação de André Martins Maciel, profissional indicado para a execução direta, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar e nos documentos comprobatórios juntados ao processo.

10.3. Para habilitação, deverão ser apresentados:

- a) ato constitutivo e alterações, registro da sociedade perante a OAB e prova de representação;
- b) comprovante de inscrição no CNPJ;
- c) certidões de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) certidão de falência, quando aplicável, ou documento equivalente;
- f) declaração de cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e demais declarações exigidas;
- g) comprovação de regularidade da sociedade e do profissional responsável perante a OAB;
- h) atestado(s) de capacidade técnica, contratos, currículos e demais documentos que comprovem a notória especialização e a adequação ao objeto;
- i) consulta aos cadastros de sanções e impedimentos aplicáveis.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor mensal estimado é de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais), e o valor global máximo estimado para quatro meses integrais é de R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais), sem prejuízo do cálculo proporcional do primeiro mês de execução.

11.2. A estimativa considerou três contratações de objeto semelhante realizadas por conselhos profissionais: CRMV, no valor mensal original de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), atualizado pelo INPC para R\$ 8.866,95 (oito mil oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos); CRN-4, no valor mensal original de R\$ 11.666,67 (onze mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), atualizado para R\$ 12.605,62 (doze mil seiscentos e cinco reais e sessenta e dois centavos); e CREF2/RS, no valor mensal original de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), atualizado para R\$ 13.679,52 (treze mil seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

11.3. A média dos valores mensais atualizados corresponde a R\$ 11.717,36 (onze mil setecentos e dezessete reais e trinta e seis centavos), e a mediana corresponde a R\$ 12.605,62 (doze mil seiscentos e cinco reais e sessenta e dois centavos). O valor mensal proposto encontra-se abaixo de ambas, demonstrando compatibilidade com os preços praticados em contratações de natureza semelhante.

11.4. Os valores históricos foram atualizados pelo INPC/IBGE até julho de 2026, adotando-se como termo inicial o mês subsequente ao da respectiva contratação e o mesmo critério de atualização para todas as referências, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Fornecer informações, documentos, acessos e procurações necessários à execução.

12.2. Indicar interlocutores da CEN-CAU/BR e da CE-CAU/AL e comunicar tempestivamente as demandas e os prazos.

12.3. Acompanhar, fiscalizar, receber e atestar os serviços.

12.4. Notificar a contratada sobre falhas e conceder prazo compatível para correção.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos após o cumprimento das condições estabelecidas.

12.6. Apurar as infrações administrativas e, quando cabível, aplicar as sanções previstas na seção 14 deste Termo de Referência, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar integralmente o objeto com diligência, independência técnica, qualidade e observância dos prazos eleitorais.

13.2. Manter equipe e estrutura suficientes, sem transferência ou subcontratação do objeto.

13.4. Corrigir ou complementar, sem ônus, produtos que não atendam às especificações.

13.5. Manter sigilo, proteger dados pessoais e utilizar as informações exclusivamente para a execução contratual.

13.6. Comunicar imediatamente riscos, conflitos de interesse, impedimentos, perda de prazo ou fatos relevantes.

13.7. Manter as condições de habilitação durante toda a vigência.

13.8. Responsabilizar-se por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e profissionais e por danos causados na execução.

13.9. Entregar relatórios mensais e final e transferir ao CAU/BR e ao CAU/AL todos os documentos e arquivos produzidos, preservado o sigilo legal.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Constitui infração administrativa a prática, pela CONTRATADA, das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, inclusive o atraso injustificado, a inexecução parcial ou total do contrato e o descumprimento das obrigações ou dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

14.2. Garantidos o contraditório e a ampla defesa, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observados os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação interna do CAU/BR.

14.3. A advertência será aplicada exclusivamente pela inexecução parcial do contrato, quando a conduta não justificar a imposição de penalidade mais grave e não tiver causado prejuízo relevante ao CAU/BR ou ao regular desenvolvimento do processo eleitoral.

14.4. O atraso injustificado no atendimento de demanda ou na entrega de produto sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso ou fração, calculada sobre o valor da parcela mensal correspondente ao período da ocorrência ou, quando for possível individualizá-lo, sobre o valor da parte do serviço afetada, limitada a 5% (cinco por cento) da respectiva base de cálculo.

14.5. A inexecução parcial do objeto poderá sujeitar a CONTRATADA à multa compensatória de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela mensal correspondente ao período da ocorrência, graduada conforme a extensão da obrigação descumprida e o prejuízo causado.

14.6. A inexecução total do objeto poderá sujeitar a CONTRATADA à multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

14.7. A multa moratória poderá ser convertida em compensatória quando o atraso caracterizar inexecução parcial ou total. As multas moratória e compensatória não serão cumuladas pelo mesmo fato, aplicando-se, nessa hipótese, a de maior valor, sem prejuízo da reparação integral de eventual dano excedente.

14.8. Não será aplicada penalidade quando o descumprimento decorrer de fato imputável ao CAU/BR, à CEN-CAU/BR ou à CE-CAU/AL, de indisponibilidade comprovada dos sistemas

utilizados no processo eleitoral, de caso fortuito ou força maior, ou de outra circunstância devidamente comprovada que exclua a responsabilidade da CONTRATADA.

14.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão aplicadas nas hipóteses e pelos prazos previstos na Lei nº 14.133/2021, conforme a gravidade da infração.

14.10. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, quando cabível, e, após o regular processo administrativo, poderá ser descontada dos créditos devidos à CONTRATADA ou cobrada pelos meios legalmente admitidos.

14.11. Na aplicação das sanções, a autoridade competente considerará a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes, os danos causados, a eventual reincidência, a urgência e os efeitos do descumprimento sobre o Calendário Eleitoral, observados a razoabilidade, a proporcionalidade e o caráter educativo da medida.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

15.1.1. Conta Contábil: 6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Consultoria Jurídica;

15.1.2. Centro de Custos: 2.01.07.001 - ATIVIDADE - Manter e Desenvolver as Atividades da Comissão Eleitoral Nacional.

15.2. A contratação fica condicionada à emissão da declaração de disponibilidade orçamentária e da nota de empenho.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, o Estudo Técnico Preliminar, a proposta aceita e os documentos que fundamentam a contratação direta.

16.2. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei nº 14.133/2021, o Regulamento Eleitoral do CAU, a Portaria Normativa CAU/BR nº 115/2023 e as demais normas aplicáveis.

Brasília (DF), 9 de setembro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDUARDO DE OLIVEIRA PAES
Data: 10/09/2026 18:52:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(assinado digitalmente)
Eduardo de Oliveira Paes
Coordenador Jurídico
Assessoria Jurídica do CAU/BR

LUIZ GUSTAVO
SOUZA
MOURA:02632855616
Digitally signed by LUIZ
GUSTAVO SOUZA
MOURA:02632855616
Date: 2026.09.10 22:33:27
-03'00'

(assinado digitalmente)
Luiz Gustavo Souza Moura
Assessor Jurídico
Assessoria Jurídica do CAU/BR

